



# ARQUEOLOGIA & HISTÓRIA

Revista da Associação  
dos Arqueólogos Portugueses  
Volume 73

---

A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE,  
TRANSIÇÃO E MUDANÇA

---

Título

**Arqueologia & História**

**13ª Série**

Volume

**73**

Ano de Edição

**2022**

Ano Associativo AAP

**2021**

Edição

**Associação dos Arqueólogos Portugueses**

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473 / Fax. 213 244 252

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Direcção

**José Morais Arnaud**

Coordenação

**José Morais Arnaud e Andrea Martins**

Design gráfico

**Flatland Design**

Fotografia da capa

**Inscrição paleocristã, Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (fotografia de José Paulo Ruas)**

Impressão

**Europress, Indústria Gráfica**

Tiragem

**300 exemplares**

Depósito legal

**73 446/93**

ISSN

**0871-2735**

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os artigos publicados nesta revista são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

# ÍNDICE

5 Editorial

José Morais Arnaud

## **A PENÍNSULA IBÉRICA ENTRE OS SÉCULOS V E X – CONTINUIDADE, TRANSIÇÃO E MUDANÇA**

9 Encontro Internacional: *A Península Ibérica entre os Séculos V e X – Continuidade, Transição e Mudança*.  
Apresentação

João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida

11 Arqueologia e história da cidade do Porto no período tardo-antigo e alti-medieval

António Manuel S. P. Silva, Manuel Luís Real

37 Contextos Tardios no teatro romano de Lisboa: reconversão de espaços monumentais

Lídia Fernandes, Marco Calado, Carolina Grilo

47 Defensa de la muralla augustea de Emerita

Miguel Alba

67 Troia e a ocupação tardo-antiga no baixo vale do Sado

Ana Patrícia Magalhães

83 Da luz e das sombras. O caso da *villa* da Horta da Torre (Cabeço de Vide, Fronteira) e a desestruturação da paisagem rural antiga

André Carneiro

97 A cidade romana de Balsa – novas e velhas evidências do período final da cidade

João Pedro Bernardes, Vítor Silva Dias

107 Mértola e o seu território na Antiguidade Tardia

Virgílio Lopes

121 O Castro S. João das Arribas. Novos dados para a longa história nas Arribas

Mónica Salgado, Pedro Pereira, Susana Cosme

131 A ocupação tardo-antiga e alto-medieval no concelho de Santa Comba Dão (Viseu)

Pedro Matos, Helena Catarino

143 *Olysipona*, entre o Império e o Islão

Jacinta Bugalhão

157 El paisaje humano del territorio emeritense entre los siglos V al X

Bruno Franco Moreno

169 O que nos dizem do século VIII (algumas fontes coevas)

João António Ferreira Marques

177 Campesinos del entorno de Toledo en época emiral temprana (inicios s. VIII a mediados s. IX d.C.)

Alfonso Vigil-Escalera Guirado

187 Poblamiento emiral en el Garb al-Andalus

Susana Gómez Martínez

207 A presença cristã antiga e os primeiros tempos islâmicos no Castelo de Silves

Rosa Varela Gomes

221 Continuidad y cambio en la producción y consumo de la cultura material en Córdoba: siglos VII-X

Elena Salinas

- 235 Reflexiones sobre el mundo rural mozárabe. Materialidad, rituales y hábitos del poblado y cementerio de Tózar, Granada  
Luca Mattei, Cristina Martínez Álvarez
- 245 Casa Branca, uma aldeia alto-medieval dos arredores de Évora  
Mário Varela Gomes, Tânia Manuel Casimiro, Telmo Pinheiro Silva
- 265 Os primeiros vidrados no Gharb al-Andalus no século IX-X: análises arqueométricas e interpretação histórica  
Elena Salinas, Carmen Iñiguez, M<sup>a</sup>. José Gonçalves, Susana Gómez

## **ARTIGOS**

- 275 Lisboa pelos olhos de Endovélico: o potencial de uma base de dados para o conhecimento das populações passadas  
Filipa Neto, Cristina Barroso Cruz
- 285 Instrumentos Cirúrgicos Romanos na Quinta de Crestelos (Meirinhos-Mogadouro)  
Luísa Batalha, Aaron Lackinger, Enrique Paniagua Vara, Sérgio Simões Pereira

## **COLÓQUIO DE HOMENAGEM A FRANCISCO TAVARES PROENÇA JÚNIOR**

- 299 Apresentação – Colóquio de homenagem ao arqueólogo Francisco Tavares Proença Júnior  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 303 Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior  
Ana Margarida Ferreira
- 307 Tavares Proença Júnior e a Covilhã – um trabalho por acabar...  
Carlos Manuel Dias Madaleno
- 315 Contributos para a Carta Arqueológica do Concelho do Fundão. Inventários arqueológicos do Concelho do Fundão: de Francisco Tavares de Proença Júnior a 2016  
Joana Bizarro
- 323 Arqueologia do concelho de Penamacor. Do inventário de 1910 ao inventário de 2016  
Sara Ferro
- 331 Carta Arqueológica do Concelho de Belmonte após Francisco Tavares Proença Júnior  
Elisabete Martins Robalo

## **RELATÓRIOS**

- 341 Associação dos Arqueólogos Portugueses. Relatório de Actividades da Direcção – 2021  
José Morais Arnaud
- 347 Secção de Pré-História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021  
Mariana Diniz, César Neves, Andrea Martins
- 353 Secção de História da AAP – Relatório de Actividades do Ano 2021. Plano de Actividades para o Ano 2022  
João Marques, Teresa Marques, Carlos Boavida
- 355 Comissão de Estudos Olisiponenses – AAP. Relatório de Actividades do Ano 2021  
Tânia Manuel Casimiro, Guilherme Cardoso, Carlos Boavida
- 359 Comissão de Arqueologia Profissional da AAP. Relatório de Actividades do ano 2021  
Jacinta Bugalhão, Miguel Lago, Rodrigo Banha da Silva
- 361 Vila Nova de São Pedro – de novo no 3<sup>o</sup> milénio (VNSP3000). Relatório de Actividades do Ano 2021  
Andrea Martins, Mariana Diniz, José Morais Arnaud, César Neves

# LISBOA PELOS OLHOS DE ENDOVÉLICO: O POTENCIAL DE UMA BASE DE DADOS PARA O CONHECIMENTO DAS POPULAÇÕES PASSADAS

Filipa Neto<sup>1</sup>, Cristina Barroso Cruz<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Direcção-Geral do Património Cultural / fneto@dgpc.pt

<sup>2</sup> Interdisciplinary Center for Archaeology and Evolution of Humana Behavior (Universidade do Algarve); CHAM – Centro de Humanidades (Universidade Nova de Lisboa); Escola Superior de Educação de Lisboa (Instituto Politécnico de Lisboa) / cbscruz@gmail.com

## Resumo

O conhecimento mais profundo que se tem sobre o modo de vida das populações que no passado habitavam no que hoje é território lisboeta, está directamente relacionado com o crescente número de intervenções de natureza arqueológica. Contudo, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que a informação angariada durante estes momentos é disponibilizada de forma eficaz e acessível à comunidade técnica e científica. Esta é uma questão que tem vindo a ser debatida de forma mais intensa durante os últimos anos quer pela tutela, quer pelos restantes agentes envolvidos na identificação e valorização do património arqueológico. Tendo em conta o potencial informativo residente nos relatórios técnico-científicos que emergem, em particular, das intervenções bioarqueológicas é feito um ponto da situação sobre a elaboração de procedimentos para recolha de dados bioarqueológicos e a sua articulação com o enquadramento legal. Propõe-se ainda uma reflexão em torno da necessidade de mudança do paradigma associado à forma como estes documentos são produzidos, geridos e acedidos, bem como uma análise sobre os quadros teóricos e metodológicos que poderão promover essa mudança, com o intuito de disponibilizar, preservar e valorizar os patrimónios históricos, sociais e culturais das populações do passado.

**Palavras-chave:** Bioarqueologia, Antropologia de terreno, Standardização da informação, Base de dados, Património.

## Abstract

What is known about the way people lived in the past, in what is now Lisbon territory, is directly related with the increasing number of archaeological interventions. Nevertheless, there is a long way to go to ensure that the information gathered during such interventions is made available in a more accessible and effective manner to the scientific and technical community. This subject is now being debated more intensely not only by the state institutions but also for the other agents involved in preserving, promoting and publishing archaeological heritage data. Bearing in mind the scientific potential of bioarchaeological field reports we present a state of the art on bioarchaeological field procedures in Portugal and their articulation with the legal documents. It is also proposed a reflection on the need of a paradigm shift regarding the production, management and accessibility of these documents, as well as, an analysis on the theoretical and methodological frame work that might promote that change. This approach may be helpful to preservation and valorisation of historical, social and cultural heritage.

**Keywords:** Bioarchaeology, Field anthropology, Data standardization, Database, Heritage.

## 1. INTRODUÇÃO

O conhecimento das populações do passado é, na actualidade, grandemente condicionado pelas novas tecnologias que se podem utilizar, tanto em contexto de escavação, quanto nos processos de gestão de dados resultantes dessas intervenções. Nos últimos anos, em Portugal, tem-se procurado dar passos no sentido de acompanhar essa tendência. Nesse sentido, em 2013, a entidade que tutela as intervenções arqueológicas – Direcção Geral do Património Cultural – elegendo a área da Bioarqueologia, reuniu um grupo de representantes das principais instituições de ensino de Antropologia Física em Portugal no sentido de se desenvolver uma estratégia que permita otimizar o potencial informativo dos restos osteológicos humanos.

A presente comunicação tem por objectivo dar a conhecer a importância da salvaguarda do património osteológico recuperado em intervenções arqueológicas e o seu enquadramento legal, as ferramentas de gestão de informação bioarqueológicas já existentes, o caminho já percorrido para melhor conhecer as populações do passado a partir dos remanescentes esqueléticos. No final apresentam-se considerações que se consideram serem relevantes para a continuidade deste processo de maximização da informação recolhida nas intervenções bioarqueológicas.

## 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) é um órgão da administração central que tem como competências a gestão, salvaguarda, valorização e conservação dos bens culturais que integram o Património Cultural Português.

No prosseguimento das suas atribuições, e de acordo com o Decreto-Lei 115/2012, de 25 de maio, cabe à DGPC a realização e desenvolvimento da inventariação do Património Cultural Português, que assume assim um papel fulcral e determinante como importante ferramenta para o desempenho das políticas de defesa patrimonial, e de divulgação de uma expressão cultural estruturante para a criação de uma memória e identidade nacional.

Como serviço responsável pela identificação, preservação e transmissão do Património Cultural Português, a DGPC mantém e desenvolve várias bases de dados orientadas para diferentes tipos de bens culturais, nomeadamente imóveis, móveis e imateriais que, para além de se constituírem como inventários patrimoniais, funcionam como verdadeiros sistemas

de gestão desse mesmo património, ao nível nacional.

O reconhecimento do património arqueológico como importante recurso de informação sobre a evolução histórica das sociedades e comunidades humanas, e dos comportamentos humanos nas suas mais variadas vertentes (culturais, sociais e políticas), bem como a consciência de que esse património se encontra fortemente sujeito aos processos de modernização, urbanização e deterioração, suscitaram a necessidade da criação e implementação de uma legislação específica. Neste sentido foi publicado em 1999 o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho), atualizado recentemente pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, tendo em vista a regulamentação da gestão da atividade arqueológica, dos padrões de qualidade dos registos e da interpretação e divulgação dos resultados da intervenção. Este diploma, considerado à data da sua criação, como uma das legislações mais avançadas no contexto europeu para a gestão do património arqueológico, foi fortalecido com o desenvolvimento da Lei de Bases do Património Cultural Português, publicada em 2001, no qual o património arqueológico assume carácter específico. Ambas as concepções seguem recomendações promovidas em diplomas internacionais, dos quais Portugal é membro signatário, sendo uma delas a Convenção de La Valleta (Malta).

Com a publicação da Lei n.º 107/2001, 8 de setembro, o Património Cultural Português, nomeadamente o Arqueológico, é reconhecido como fator de relevância para a compreensão, construção e manutenção da identidade nacional, reforço da coesão social e instrumento de democratização da cultura, cuja responsabilidade de preservação cabe não exclusivamente ao Estado, mas a todos os cidadãos. Refere-se ainda neste diploma que o património cultural não são apenas os bens visíveis, mas também os contextos que enquadram os respetivos bens, nomeadamente expressões, tradições, e no caso arqueológico os contextos sedimentares que nos permitem revelar a história para além dos vestígios materiais e físicos (art.º 74.º). Ou seja, todo o tipo de informação que nos acrescenta a possibilidade de interpretação e de construção histórica sobre o passado.

## 3. PATRIMÓNIO OSTEOLÓGICO UM BEM DE INTERESSE CULTURAL?

Segundo o artigo 14.º, n.º 1, da Lei de Bases *consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.ºs 1, 3, e 5 do artigo 2.º,*

representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.

Para além deste regime geral, a lei de bases prevê ainda uma série indiferenciada de regimes especiais de proteção de bens, no quais se integra o património arqueológico e paleontológico, Artigo 74.º, considerando que se trata de ... *todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta, da vida e dos seres humanos*:

- A) *Cuja preservação e estudo permitam traçar a história da vida e da humanidade e a sua relação com o ambiente;*
- B) *Cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções, descobertas ou outros métodos de pesquisa relacionados com o ser humano e o ambiente que o rodeia.*

Assim, o património arqueológico é entendido enquanto narrativa que permite o estudo da vivência do Homem e da sua adaptação e relação ao meio envolvente, construída com base em trabalhos científicos, e como tal são bens culturais cuja relevância patrimonial deve ser preservada. Neste âmbito, são abrangidos todos os bens ou vestígios que são identificados em trabalhos arqueológicos, nos quais se incluem os vestígios osteológicos humanos.

Pese embora as discussões jurídicas sobre o significado de bens de interesse cultural e o seu valor patrimonial (Alexandrino, 2011), que ultrapassa claramente o âmbito deste artigo, mas cuja pertinência para a compreensão do conceito de património cultural merece ser aqui referida, os ossos humanos são na sua essência vestígios materiais que aportam informações únicas e relevantes não só para a reconstituição do(s) indivíduo(s), mas sobretudo do modo como as sociedades se organizavam no passado. Como tal, são vestígios patrimoniais com elevado interesse histórico e cultural uma vez que permitem refletir muitos dos valores, enunciados na Lei n.º 107/2001, sobre a memória, autenticidade, originalidade e a exemplaridade.

Partindo deste pressuposto, os organismos do Estado que sucessivamente têm tido atribuições em matéria de salvaguarda e preservação do património arqueológico português, têm efetuado um esforço no sentido de assegurarem que todos os vestígios de tecidos ósseos humanos recuperados em trabalhos arqueológicos, são devidamente preservados e valorizados do ponto de vista material, técnico e científico.

#### **4. O ENDOVÉLICO E A INVENTARIAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM VESTÍGIOS ÓSSEOS HUMANOS**

Na Lei n.º 107/2001 definem-se as formas de proteção de bens culturais, entre as quais a inventariação é reconhecida como um dos suportes de proteção do património cultural a exercer pelo Estado Português. Dando cumprimento a este princípio, no seio da tutela do património cultural para os bens arqueológicos, foi desenvolvida, em inícios dos anos 90, uma base de dados especializada para o registo de ocorrências patrimoniais de natureza arqueológica – *Endovélico*<sup>1</sup>. Esta tem sofrido ao longo do tempo várias fases de aperfeiçoamento, em virtude da necessidade de se moldar aos progressos da arqueologia como disciplina de investigação e prática profissional.

O *Endovélico* inclui informações técnicas sobre vestígios arqueológicos e informações administrativas relativas aos trabalhos e projetos arqueológicos, desenvolvidos em Portugal Continental, tornando-se numa ferramenta tecnológica essencial para a gestão dos processos de decisão e de divulgação deste tipo de bens patrimoniais (Gomes *et alii*, 2012).

Das várias otimizações realizadas ao *Endovélico*, foi dada particular relevância aos dados de antropologia biológica e de arqueologia funerária provenientes de trabalhos arqueológicos, tendo sido criado, em 2010, um módulo específico para este tipo de informação patrimonial, que se designou de Bio-Antropologia (Cruz, Neto & Seabra, 2014). As motivações que conduziram este processo deveram-se por um lado, ao grande volume de descobertas de necrópoles, ou contextos funerários, identificadas na sequência de trabalhos arqueológicos de natureza preventiva e científica, e por outro lado, ao facto do património biológico ser um importante recurso para o conhecimento das populações passadas e um bem comum para a humanidade.

Este módulo caracteriza-se pela identificação dos elementos descritivos de aspetos e comportamentos funerários, bem como morfologias e biologia dos esqueletos e/ou ossos humanos exumados no âmbito de contextos arqueológicos e que são registados em relatórios entregues à DGPC de acordo com a legislação e normas vigentes. Para a implementação da estrutura deste módulo procedeu-se a uma análise dos conteúdos dos relatórios, com vista a espelhar na base

<sup>1</sup> Divisão de Inventário do IPA (2002) – *Endovélico* – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5:1, pp. 277-283.

de dados os registos efetuados nos trabalhos de campo e laboratório.

Uma das grandes vantagens da sua implementação deriva do facto dos dados estarem associados aos sítios arqueológicos de onde provém, nomeadamente a ficha de sítio/ocorrência arqueológica que inclui a localização administrativa e georreferenciada, trabalhos e projetos arqueológicos associados, bibliografia, locais de depósito de espólio, medidas de proteção, entre outros, permitindo o tratamento da informação de forma integrada. Por outro lado a atualização da informação arqueológica é feita diariamente, por uma equipa da DGPC especializada para o efeito e com largos anos de experiência, e de poder vir a estar disponível na internet, através do Portal do Arqueólogo.

Passados sete anos após a produção do módulo, a estrutura, os campos e os termos então delineados, carecem de ajustes e de revisões, muito devido ao trabalho desenvolvido pela Tutela para a criação de critérios mais exigentes para a recolha de informação e normalização de procedimentos a adotar pelos antropólogos, responsáveis pelas metodologias de exumação, manuseamento dos vestígios ósseos humanos e produção de relatórios que, com a publicação do Decreto-lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro, assumiu forma legal.

O ano de 2014 foi realmente fértil para a disciplina da antropologia biológica realizada no seio de projetos de arqueologia, uma vez que nesse ano foi igualmente divulgada a Circular n.º 1/2014 – “Trabalhos de Antropologia Biológica em contextos arqueológicos”, da DGPC, que complementa a legislação em termos de orientação e normalização de procedimentos de campo. A circular foi produzida por um grupo especialmente criado para o efeito, constituído por técnicos dos organismos que fiscalizam a atividade de antropologia biológica (DGPC e Direções Regionais de Cultura), representantes de instituições de ensino superior com leccionam disciplinas de antropologia e centros de investigação em antropologia.

Esta documentação inseriu-se numa tentativa de criar uma estratégia com vista à aplicação de normas e de requisitos nos trabalhos de campo/laboratório de antropologia biológica, com vista à recolha de informação objetiva, concisa e científica, para posteriormente ser registada na base de dados, mas cujos constrangimentos de pessoal e financeiros impediram a sua concretização.

## 5. A INFORMAÇÃO BIOARQUEOLÓGICA EM PORTUGAL: PONTO DA SITUAÇÃO

Apesar da Arqueologia em Portugal se encontrar já bem estabelecida e legalmente regulamentada desde 1999, a Antropologia, em particular a que se refere aos procedimentos de campo, só começou a dar os primeiros passos no sentido da sua formalização nos anos 90 do século XX (Santos *et alii*, 1991/1992; Duarte, 2003). De facto, só no final da década de 90 passou a estar reservado um papel para o antropólogo em campo, sendo que, até esse momento, a sua participação estava, em grande medida, dependente do critério de actuação do director de escavação. Assim, era comum que o material osteológico, resultante das intervenções arqueológicas, fosse analisado apenas em laboratório, com escassos elementos relativos ao enquadramento arqueológico.

A obrigatoriedade da presença do antropólogo físico em contextos em que se antevisse a existência de material esquelético humano, não surgiu acompanhada de indicações de articulação de procedimentos entre os vários técnicos presentes nessas circunstâncias e esse facto torna-se evidente no divórcio existente, durante anos, entre a produção técnica e científica da Arqueologia e Antropologia em cenários de intervenção urgente (Larsen, 1997).

Para além das questões relacionadas com os processos de intervenção em campo, também a disponibilização da informação se encontrava (e encontra) condicionada, se não pela inexistência, pelo menos pelo incumprimento, de normativos que atribuem um local de depósito do material osteológico. Não é pois de estranhar que, no que diz respeito à componente osteoarqueológica, o recurso ao material osteológico e ao registo técnico-científico, procedente de contextos arqueológicos, esteja longe de ser frequente. Este processo compromete em grande medida um conhecimento mais aprofundado das populações do passado já que a divulgação dos resultados das intervenções está circunscrita aos circuitos de divulgação científica e o acesso à informação além de disperso é, não em teoria, mas na prática, inacessível já que implica uma navegação complicada pelo oceano de relatórios resultantes das intervenções e cuja informação não se encontra sistematizada para consulta. De facto, à excepção das publicações científicas que possam resultar da identificação de algum fenómeno incomum encontrado em campo, o acesso à informação contida nos relatórios antropológicos não se realiza com frequência. Estes

registos, e por consequência as evidências que reportam, ao serem arquivados, caem no esquecimento e na invisibilidade. Esta não é, contudo, uma condição exclusiva da Arqueologia lusa como se depreende da seguinte opinião de Larsen: *Previous generations of bioarchaeologists typically studied archaeological skeletons without ever having seen the context of recovery. (...) Oftentimes, the results of the investigation of the remains ended up in an obscure archaeological report publication or report as an appendix* (Larsen, 2006).

Numa análise à produção de relatórios antropológicos de campo (Cruz, 2011), foi possível constatar a existência de disparidades significativas relativamente ao conteúdo e à forma destes documentos o que, para além das questões metodológicas de campo, também inviabiliza uma utilização regular e de cariz científico deste material. De facto, estas inconsistências ao criarem problemas de sistematização de dados comprometem uma análise científica sólida, atendendo a que, em causa, se encontram realidades distintas que inviabilizam a comparação dos dados registados. O subaproveitamento deste espólio e das informações, a ele associado, compromete, necessariamente, a caracterização e conhecimento das populações do passado, na medida em que o investimento colocado nas intervenções de campo não se traduz numa produção ou divulgação científica relevante e abrangente. Por outro lado, a não inclusão de uma abordagem multidisciplinar, como é proposto pela Bioarqueologia (Larsen, 1997; 2000; 2002) leva à perda de elementos que apenas quando combinados permitem compreender na plenitude o contexto funerário, devendo este ser entendido como o conjunto dos vestígios osteológicos e arqueológicos, bem como todas as relações que daí se podem inferir (Knudson & Stojanowski, 2008). O caminho, para o reconhecimento deste potencial informativo, passa pela aplicação de metodologias de campo que, além da minúcia de critérios de análise e registo obrigatórios, introduzam também uma perspectiva holística e integradora de todos os elementos que compõe os sítios arqueológicos usados para realizar enterramentos humanos (Knudson & Stojanowski, 2008). Este tipo de abordagem terá, indubitavelmente, o seu reflexo no momento da redacção dos relatórios de intervenção em campo, tornando a sua utilização ulterior mais aliciente.

## 6. SISTEMAS DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO BIOANTROPOLÓGICA: O ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Ainda que sem esta designação, mas já com a mesma orientação teórica, a Bioarqueologia surge no final da década de 70 do século passado (Goldstein, 2006). Afastando-se da definição britânica proposta por Grahame Clark em 1972 (Buikstra, 2006a; 2006b; Wright & Yoder, 2003), ela assenta, desde a sua origem norte americana (Buikstra, 2006b), num modelo interdisciplinar (Larsen, 2006) que permite, no seu terreno de análise, a contribuição de uma panóplia de ciências, incluindo: naturais (Biologia; Geologia), ciências exactas (Química; Física) ciências sociais (Sociologia; Antropologia social e cultural) e tecnológicas (Engenharia). O enfoque original desta proposta foi dirigido para a necessidade de haver uma maior proximidade entre os antropólogos físicos e os arqueólogos (Goldstein, 2006; Wright & Yoder, 2003). Como se compreende, não sendo possível conter as vivências humanas, passadas e presentes, em esferas estanques, só uma abordagem multidisciplinar poderá concorrer para a construção de uma noção mais aproximada da realidade das vidas passadas (Larsen, 2000; 2006). O objectivo da Bioarqueologia será o de procurar reproduzir o *modus vivendi* dos nossos antepassados, preservando todas as suas dimensões: demográficas, sociais, culturais e tecnológicas. O cumprimento deste objectivo passa, por um lado, pela necessidade de aproximar as várias ciências envolvidas na recolha e interpretação dos elementos de campo e, por outro, pela sistematização no processo de intervenção e recolha de dados. Constituindo a Bioarqueologia um modelo de abordagem interessante no estudo da Antropologia das populações do passado, importa encontrar uma metodologia que traduza esta abordagem e possa ser aplicada no momento da descoberta dos vestígios osteológicos em contexto arqueológico.

O modelo proposto pela Antropologia de terreno (*Antropologie de terrain*), que tem vindo a ser desenvolvido desde o final da década de 70 do século passado, parece reunir as premissas supra expostas (Duday, 2005a). Isto é, permite uma abordagem, em campo, que salvaguarda e analisa todos os factores que actuam sobre o processo de decomposição do cadáver e a sua relação com o ambiente envolvente: estrutural e natural (Knudson & Stojanowski, 2008). Tendo como principal motivação a frequente ausência de fontes históricas, os mentores desta metodologia

acreditam que as sepulturas constituem um recurso importante, na medida em que permitem inferir sobre a ideologia funerária e estrutura social das populações pretéritas, objectivo fundamental da Arqueologia em contextos funerários (Crubézy *et alii*, 1990). Esta proposta metodológica rompe com a visão de uma Arqueologia mais antiga, que atribuía aos vestígios humanos uma importância menor, concedendo ao cadáver o protagonismo óbvio no conjunto sepulcral, já que é em função dele que todos os elementos existem e se organizam (Duday, 2005a; Williams, 2003).

A designação de Antropologia de terreno não é fortuita. Para Duday e Crubézy (1990) é ao nível da decapagem do terreno que se começam a revelar os dados que irão permitir a clara e completa compreensão do contexto funerário. Esta compreensão passa pela distinção entre as alterações que ocorrem no esqueleto, identificando as que são de carácter pré-deposicional, que dizem respeito à preparação do corpo para o depósito, às práticas que resultam da deposição do esqueleto e aquelas que ocorrem depois deste momento. Estas últimas produzem perturbação dos gestos resultantes do momento ritual, o que pode acontecer por via da ação de agentes tafonómicos ou humanos. Desta forma, será possível controlar as ilações sobre a existência e natureza de práticas rituais de cariz funerário, controlando algumas assunções abusivas que resultam de análise superficiais.

Na aplicação desta metodologia deve merecer uma atenção especial o conhecimento das várias etapas do processo de decomposição e o ambiente em que este ocorre. De facto, as condições em que o processo de decomposição ocorre irão influenciar a configuração das articulações lábeis, que são peça fundamental para a compreensão dos gestos funerários evidenciados com a exposição do esqueleto (Duday & Guillon, 2006). Fundamental é também a identificação dos factores tafonómicos que possam ter atuado sobre o falecido durante o processo de esquelização. Embora reconhecendo a importância de se aplicar a metodologia adequada para diagnosticar a idade à morte, bem como o sexo, os autores defendem que a avaliação paleopatológica seja feita no laboratório, devendo contar para isso, com os dados provenientes da identificação *in situ*.

A combinação destas duas propostas vai ao encontro daquilo que a tutela, a partir do enquadramento legal que propõe, define para o espólio recolhido.

## 7. O ENDOVÉLICO E O POTENCIAL INFORMATIVO E CIENTÍFICO DOS DADOS DAS INTERVENÇÕES BIOARQUEOLÓGICAS

Tal como foi referido anteriormente, o registo da informação bioarqueológica em Portugal apresenta fragilidades importantes que comprometem a utilização dos dados recolhidos em contextos de escavação para produção de conhecimento sobre as populações do passado. De acordo com as análises feitas recentemente aos conteúdos contemplados nos relatórios antropológicos de campo (Cruz *et alii*, 2015) parece ser razoável aceitar que os dados dos relatórios antropológicos de campo, ao omitirem um conjunto importante de informação, não cumprem, na totalidade, o seu potencial informativo, limitando, desta forma, a interpretação dos contextos escavados. Só recorrendo a outras informações que possam ter sido produzidas em campo – por exemplo, os dados contidos nos relatórios arqueológicos – será possível reunir os recursos necessários para uma melhor caracterização da realidade observada, durante o processo de escavação. A criação de um modelo de produção técnico-científico, que oriente a forma e os conteúdos destes documentos, poderá resultar numa maior amplitude informativa e beneficiar o desenvolvimento do estudo das populações do passado. Actualmente, a ausência de um tipo de registo uniforme e sistematizado impede a previsão do tipo de informação contida nos relatórios antropológicos de campo, limitando a utilidade destes documentos. Por esse motivo, deverá ser criado um critério que estabeleça um conjunto mínimo de informação que deverá ser mencionada (tanto pela presença quanto pela ausência). De outra forma, a aleatoriedade de conteúdos destes documentos, que são, na realidade, registos únicos sobre os vestígios do passado, permite que se questione o papel deste tipo de documentos.

Contudo, não são conhecidas normativas que regem os procedimentos antropológicos de campo em Portugal. Apesar disso – ou por isso mesmo – são várias as propostas que têm tentado colmatar este vazio criando, apesar de tudo, ainda mais ruído em torno desta questão já que facilmente se identificam mais de meia dúzia de fichas de recolha de dados de campo publicadas sem que tenha existido um esforço colectivo de sistematização dessa informação<sup>2</sup>. Esta situação

<sup>2</sup> Proposta por Santos e colaboradores (1991/1992), a ficha de campo caracteriza-se pela simplicidade e fácil aplicação, contemplando os elementos considerados fundamentais, à época, no que ao registo diz respeito. Contudo, a sua natureza, restringe

reflecte o interesse e a necessidade de criar um conjunto de procedimentos que possa satisfazer as necessidades de quem trabalha com as populações do passado não só em contexto arqueológico, mas também em laboratório ou em investigação. Desta forma, assegura-se a existência de um conjunto mínimo de informação compilado, mantendo a margem necessária para as considerações e sensibilidade de quem tem que atuar nestes contextos arqueológicos.

É precisamente nesse ponto que o grupo de trabalho em Bioarqueologia constituído em 2013 procura trabalhar. Por um lado, no sentido de identificar os aspectos conceptuais e metodológicos que entretanto amadureceram no âmbito da Bioarqueologia nacional, e por outro, para tirar partido dos recursos já existente e que se encontram sub-aproveitados, como é o caso do Endovélico. A existência de um sistema centralizado de cariz nacional, dedicado à sistematização e gestão da informação bioarqueológica é, com certeza, uma enorme mais-valia para o desenvolvimento das ciências arqueológicas em Portugal, contudo, esbarra nas questões anteriormente identificadas: inexistência de procedimentos estandardizados de recolha e

---

o registo de outras variáveis que se revelam úteis no momento da análise dos dados de campo. Por outro lado, sugere um conjunto de análises osteométricas que, muitas vezes, não são viáveis em campo e não contribuem, de forma determinante, para o estudo preliminar do esqueleto. Também, no Campo Arqueológico de Mértola, foi desenvolvida uma ficha de registo de elementos antropológicos avaliados em campo, fruto da elevada concentração de enterramentos associados a este sítio (Candón Morales, 1999). Uma década mais tarde, e já inserido num cenário de maior clareza no que diz respeito à regulamentação dos trabalhos arqueológicos e antropológicos (Decreto-Lei n.º 270/99), surge em volume dos *Trabalhos de Arqueologia* artigo dedicado à Antropologia Física de campo e de laboratório intitulado “Bioarqueologia” (Duarte, 2003). Ao longo daquele são apresentadas algumas contribuições importantes relativas ao papel do antropólogo em contextos arqueológicos, ao enquadramento legal em que se inscrevem as escavações e às boas práticas antropológicas em campo e em laboratório (Duarte, 2003). Em 2005, na sequência de uma maior consciencialização da importância do trabalho antropológico e da sua articulação com os procedimentos arqueológicos foi apresentada ao *IV Congresso Nacional de Arqueologia Peninsular* a comunicação “A escavação de necrópoles e recuperação de vestígios osteológicos humanos em contexto de emergência: questões de método e princípio” (Neves et alii, 2005). Da combinação das experiências e da formação de arqueólogos e antropólogos surge esta obra que, além de fazer referência a um conjunto de boas práticas em campo, analisa a sua aplicação em casos práticos. Na senda desta comunicação alguns dos autores (Neves et alii, 2010) avançaram anos mais tarde com uma publicação dentro da mesma temática, aprofundando alguns aspectos específicos ao nível da decomposição e dos processos tafonómicos, completando assim a publicação anterior.

registo de informação. A construção de uma base de dados, que está na base dos programas de gestão de informação, implica a existência de campos de informação que se encontram claramente definidos que permitam aos vários produtores de informação (antropólogos que recolhem a informação em contextos de escavação) inscrever a informação recolhida. Contudo, a ausência de protocolos de campo e de registo de informação técnica têm comprometido esta empresa.

Esta é uma tarefa que implica, ainda e a montante, a elaboração de um léxico próprio da Bioarqueologia nacional. Isto é, só depois de estabilizada a terminologia utilizada para relatar o cenário com que o antropólogo se depara, será possível criar campos de registo de natureza mais fechada. Neste momento, o uso literário e não técnico de terminologia bioarqueológica dificulta também o processo de sistematização da informação. Isto é, não é indiferente falar-se de “sepultura” ou “enterramento”. Contudo, são várias as circunstâncias em que esta terminologia é usada como sinónimo, para se dar apenas um exemplo da importância da estabilização de um léxico técnico próprio e clarificado.

Uma vez ultrapassado este desafio – da sistematização da informação durante e após a recolha de informação – e procurando desenvolver esse trabalho apoiado nos pilares conceptuais e metodológicos anteriormente apresentados, será possível otimizar o potencial informativo dos remanescentes osteológicos das populações do passado, o que conduzirá a um melhor e maior conhecimento do *modus vivendi* dos nossos antepassados. Assim, a possibilidade de recurso a informação contida no Endovélico, permitirá, recorrendo a processos de análise estatística simples, combinar dados de natureza paleodemográfica com outros de cariz paleobiológico de modo a traçar perfis biológicos, sociais e culturais em função dos contextos histórico e geográfico gerando-se inúmeras possibilidades de interpretação relativa aos acervos recolhidos em campo. Será da combinação das variáveis que encontramos e registamos durante os processos de escavação, a par com a informação histórica e até etnográfica, combinada que melhor conheceremos as populações do passado.

## 8. ABORDAGENS PARA O FUTURO

Um novo olhar sobre o passado implica mudanças de paradigmas. Paradigmas de relação nas práticas instituídas associadas ao “saber” e ao “fazer” que tradicionalmente presidem à arqueologia e antropologia de campo, criando outros que acompanhem a realidade

da actualidade que passa pela possibilidade de produzir, acumular e aceder a informação numa lógica que não existia há duas décadas. O ritmo de produção de informação, é no dia-a-dia e no mundo da ciência, mais rápido agora do que alguma vez foi e essa é uma realidade que transparece já na Bioarqueologia francófona e anglo-saxónica. Cabe agora a Portugal continuar a avançar nessa frente. A dimensão inovadora introduzida com a criação do Endovélico no início dos anos 2000 precisa agora de ser actualizada tendo em consideração um conjunto de outras premissas: a de estreitamento metodológico entre a arqueologia e antropologia que resultará, necessariamente numa melhor qualidade de registo; numa maior formalização dos protocolos utilizados nos vários momentos associados ao processo de recolha e produção de informação; e criando lugar para pensar as questões éticas que devem presidir a todo o trabalho que possa vir a ser desenvolvido e, que em última análise, estão sempre na base da forma como os vários técnicos envolvidos neste processo se movimentam.

Directamente relacionada com as questões elencadas anteriormente está a que diz respeito ao destino a dar ao material osteológico humano após o seu levantamento e com a forma como os ossos devem ser tratados (Nawrocki, 1998; Smith & Mays, 2007). Nenhum enterramento deverá ser intervencionado sem que haja um bom motivo para que isso aconteça. Após a exumação e estudo do espólio, museus e outras instituições com colecções osteológicas devem ter normas escritas que permitam e regulem o acesso a este material por parte dos investigadores (Mays, 2005). Segundo alguns autores, o tratamento dado ao espólio arqueológico não pode ser o mesmo que é dado ao material osteológico, devendo, por isso, haver um plano de intervenção que salvegarde o destino a dar a estes restos, depois da intervenção. Para tal, é fundamental que os pressupostos de sistematização da informação, que se procura agora pôr em marcha, sejam acompanhados de estratégias, igualmente protocoladas, de inventariação e depósito deste espólio.

Indubitavelmente, o estudo dos grupos humanos do passado é uma questão melindrosa que poderá interferir com o bem-estar psicológico das pessoas. Não obstante, a ciência depende, muitas vezes, da incursão nestes terrenos mais delicados, para poder evoluir e compreender, de forma mais aprofundada, o modo como elementos relacionados com a demografia, saúde, fisiologia e desenvolvimento, crenças e rituais, se manifestavam entre as populações pretéritas. Por esse motivo, importa usar do bom senso que deverá, a par

da formação e experiência dos antropólogos, servir de base na tomada de decisões e na abordagem feita aos contextos e material osteológico humano. O que constitui um tratamento de respeito aos restos humanos varia de acordo com o contexto cultural e histórico, sendo, por isso, importante que os técnicos em osteologia tenham a sensibilidade necessária para compreender esse facto em toda a extensão da sua intervenção.

## BIBLIOGRAFIA

Circular 1/2014 (Trabalhos de Antropologia Biológica em contextos arqueológicos). Acessível em [http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio\\_arqueologico/trabalhos-deantropologia005.pdf](http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_arqueologico/trabalhos-deantropologia005.pdf) [11.10.2017].

Convenção de La Valleta (Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico). Acessível em <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/143> [11.10.2017].

Decreto-Lei 115/2012 de 25 de Maio (Lei Orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural). Acessível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/05/10200/0277202777.pdf> [11.10.2017]

Decreto-Lei 164/2014 de 4 de Novembro (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Acessível em <https://dre.pt/application/conteudo/58728911> [11.10.2017].

Decreto-Lei 270/99 de 15 de Julho (Regulamento de Trabalhos Arqueológicos). Acessível em <https://dre.pt/application/conteudo/58728911> [11.10.2017].

Lei 107/2001 de 8 de setembro (Bases do Património Cultural Português). Acessível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf> [11.10.2017].

Portal do Arqueólogo. Acessível em <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/> [11.10.2017].


ALEXANDRINO, José A. M. (2011) – “O conceito de bem cultural” in GOMES, C. A.; RAMOS, J. L. B. (ed.) *Direito da Cultura e do Património Cultural*. Lisboa: AAFDL, pp. 223-244.

BUIKSTRA, Jane E. (2006) – “Preface” in BUIKSTRA, J. E.; BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*, pp. xvii-xx.

CANDÓN MORALES, Alicia (1999) – La colección antropológica de la Campa Arqueológica de Mértola (s. II-XVI). *Arqueologia Medieval*, 6, pp. 279-292.

CRUBÉZY, E.; DUDAY, H.; PASCAL, S.; TILLIER, A.-M. COURTAUD, P. (1990) – L’Anthropologie “de terrain”: reconnaissance et interprétation des gestes funéraires. *Bulletins et Mémoire de la Société d’Anthropologie de Paris*, 2, pp. 29-49.

- CRUZ, Cristina Barroso S. (2011) – *Viver a morte em Portugal: análise do potencial informativo dos relatórios antropológicos de campo*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CRUZ, Cristina; CORREIA, M.; NETO, Filipa; SEABRA, Ana (2015) – “By any other name”: Procedures for establishing terminology in bioarchaeology. *II Bio Anthropological Meeting* (May 29-30). University of Coimbra.
- CRUZ, Cristina B. S.; NETO, Filipa; SEABRA, Ana (2014) – “Piecing together terminology in bioarchaeology: defining concepts” in BÖRNER, W.; UHLIRZ, S. (edit.) *Proceedings of the 19<sup>th</sup> International Conference on Cultural Heritage and New Technologies 2014* (CHNT 19, 2014). Vienna: Museen der Stadt Wien – Stadtarchäologie. Acessível em [https://www.chnt.at/wp-content/uploads/eBook\\_CHNT19\\_Cruz\\_et.al.pdf](https://www.chnt.at/wp-content/uploads/eBook_CHNT19_Cruz_et.al.pdf)[11.10.2017]
- DIVISÃO DE INVENTÁRIO DO IPA (2002) – Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5:1, pp. 277-283.
- DUARTE, Cidália (2003) – Biantropologia. *Trabalhos de Arqueologia*, 29, pp. 263-296.
- DUDAY, Henri (2005a) – “L’archaéothanologie ou l’archéologie de la mort” in DUTOUR, O.; HUBLIN, J.-J. VANDERMEERSCH, B. (ed.) *Objets et méthodes en Paléanthropologie*. Paris: Comité des Travaux Historiques et Scientifiques, pp. 153-215.
- DUDAY, Henri; GUILLON, M. (2006) – Understanding the circumstances of decomposition when the body is skeletonized” in SCHMITT, A.; CUNHA, E.; PINHEIRO, J. (ed.) *Forensic Anthropology and Medicine: Complementary Sciences from Recovery to Cause of Death*. Totowa, Humana Press Inc, pp. 117-157.
- GOLDSTEIN, Lynne (2006) – “Mortuary analysis and bioarchaeology” in BUIKSTRA, J. E. BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*. London: Elsevier, pp. 375-387.
- GOMES, Ana Sofia; LEITE, Sílvia; NETO, Filipa; OLIVEIRA, Catarina; BRAGANÇA, Filipa (2012) – “Inventariação e gestão do património imóvel na Direção-Geral do Património Cultural” in MINGUCCI, R.; BARTOLOMEI, C.; BRAVO, L.; GARAGNANI, S. (edit) *DISEGNARECON – DoCo 2012 – Documentazione e Conservazione del Patrimonio Architettonico ed Urbano*, Vol. 5, n.º 10 (Numero Speciale), pp. 3-8.
- KNUDSON, K. J.; STOJANOWSKI, C. M. (2008) – New Directions in Bioarchaeology: Recent Contributions to the Study of Human Social Identities. *Journal of Archaeological Research*, 16, pp. 397-432.
- LARSEN, Clark S. (1997) – *Bioarchaeology: interpreting behavior from the human skeleton*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LARSEN, Clark S. (2000) – *Skeletons in our closet: revealing our past through Bioarchaeology*. Princeton, Princeton University Press.
- LARSEN, Clark S. (2002) – Bioarchaeology: the lives and lifestyles of past people. *Journal of Archaeological Research*, 10, pp. 119-166.
- LARSEN, Clark S. (2006) – “The changing face of bioarchaeology: an interdisciplinary science” in BUIKSTRA, J. E.; BECK, L. A. (ed.) *Bioarchaeology: the contextual analysis of human remains*. London: Elsevier, pp. 359-374.
- MAYS, S. (2005) – *Guidance for best practice for treatment of human remains excavated from Christian burial grounds in England*. Swindon: English Heritage & Church of England.
- NAWROCKI, S. P. (1998) – *Human remains policy for the University of Indianapolis Archeology & Forensic Laboratory*. Indianapolis: University of Indianapolis
- NEVES, Maria João; FERREIRA, Maria T.; ALMEIDA, Miguel; PINHEIRO, João (2010) – A importância dos processos de decomposição cadavérica para a interpretação do registo osteoarqueológico. *Almadan*, 17, pp. 30-37.
- SANTOS, A. L.; CUNHA, E.; DÂMASO, N. MARRAFA, C. (1991/1992) – Ficha antropológica a utilizar na escavação. *Antropologia Portuguesa*, 9, pp. 10-67.
- SMITH, M.; MAYS, S. (2007) – Ancestors of us all. *Museums Journal*, Vol. 107 (1), pp.18-19.
- WILLIAMS, H. (2003) – “Introduction: the Archaeology of death, memory and material culture” in Williams, H. (ed.) *Archaeologies of remembrance: death and memory in past societies*. New York: Kluwer Academic / Plenum Publishers, pp. 1-24.
- WRIGHT, L. E.; YODER, C. J. (2003) – Recent progress in Bioarchaeology: approaches to the osteological paradox. *Journal of Archaeological Research*, 11, pp. 43-70.



ASSOCIAÇÃO  
DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
1863-2022

[www.arqueologos.pt](http://www.arqueologos.pt)